

O CONFLITO COM EPICENTRO EM JERUSALÉM...

22/10/23

“Se eu tivesse que resumir o Congresso de Basileia numa só frase, ela seria: em Basileia eu fundei o Estado Judeu. Se eu dissesse isto hoje, seria objecto de risos universais, mas em cinco anos, talvez em cinquenta, todos o verão.”

Theodor Herzl

Há coisas que não têm solução. E o povo português, que não é lá muito propenso a pragmatismos, tem um ditado, que remata a questão: “o que não tem remédio, remediado está”.

Infelizmente, aplica-se ao que se passa no Médio Oriente.

A coisa é cíclica e o ciclo de violência perpetua-se. Não vamos descrever a evolução histórica da região, nem era possível, mas apenas referir que nos últimos 7.000 anos de História (representa o período, sobre o qual existem documentos escritos), sempre houve guerra. Direi centenas de guerras e não só guerras, mas todo o tipo de violência. E já passaram por lá muitos povos, civilizações, impérios e todo o tipo de fórmulas políticas e sociais. Migrações também não faltaram.

E hoje, entre o actual mosaico de gentes, tribos, países, religiões, dinastias, etc., continua tudo na mesma. Convivem todos mal uns com os outros, quando não se odeiam. Não há paciência para os aturar.

Infelizmente as interferências externas, sobretudo das grandes potências, em vez de melhorarem a situação, pioram-na.

Sobre o que se está a passar existem cerca de 3.000 anos de recriminações mútuas. As razões, como os argumentos, repartem-se.

Aliás toda aquela gente ainda vive no tempo do Antigo Testamento, onde impera a Lei de Talião. Ainda ninguém passou para a época do Novo Testamento, onde se pretendeu que a palavra “Amor” (“amai o próximo como a ti mesmo”, Mateus 22:37-39) substituísse o “olho por olho, dente por dente”. Nele se empenharam os cristãos mas, em abono da verdade, sem grande sucesso.

Aliás, a “palavra-chave” “amor” só funciona se todos a usarem, de outro modo não serve, corre mal, o que é ilustrado pelo “dar a outra face”. Se o conceito for levado à letra, porém, deixa de haver o direito à legítima defesa, e assim sendo, para evitar qualquer conflito restaria a subjugação e a morte. Ou seja, o resultado final de um “pacifismo integral” e a “paz” dos cemitérios. Por isso não faz sentido falar na Paz, muito menos apelar à Paz. O que se deve procurar é a Justiça. Não pode haver Paz sem justiça...

Noutro âmbito é como tentar instaurar a Democracia (sobre a qual não existe sequer uma definição única) sem democratas...

Sem embargo, o conflito em evolução remonta ao passado próximo, da existência do Estado de Israel (o que tem muito que se lhe diga), em 1948, o que resulta da criação do “Movimento Sionista”, cujo 1º Congresso se realizou na cidade suíça de Basileia, em 29 de Agosto de 1897, e presidido pelo jornalista e escritor austro-húngaro Theodor Herzl.¹

A questão evoluiu – com contornos pouco conhecidos – desde a I Grande Guerra até ao final da II Guerra Mundial, o que não dá para explicitar agora por economia de esforço.

Dir-se-á que foi uma decisão a coberto da ONU, fundada em 24 de Outubro de 1945, e tida internacionalmente como fonte do Direito Internacional (DI). É verdade, mas a decisão foi tomada por maioria simples, e que o DI não é mais (como já vários autores referiram) do que os interesses das maiores potências transformadas em lei...

Além disso, a ONU – que nunca resolveu um problema que fosse, no mundo, e se tornou um poço sem fundo de perda de energias, dinheiro e palavreado – foi formada sob os auspícios dos EUA e da Grã-Bretanha (matriz anglo-saxónica), no fim da II Guerra Mundial e com apenas 51 países fundadores (Portugal não esteve presente). E o seu principal objectivo (na altura) era “isolar” os países que tinham perdido a guerra, sobretudo a Alemanha. E destinava-se a substituir a defunta “Sociedade das Nações” de má memória.

O seu modo de funcionamento, que culmina no direito de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (EUA, Rússia, China, França e Grã-Bretanha), paralisam - na e tornaram-na perfeitamente ineficaz.²

A prova é que o novel Estado de Israel foi atacado no dia seguinte à “sua independência”, por seis exércitos árabe/muçulmanos. Israel ganhou a guerra e tem ganho todas as guerras desde então e conseguiu desenvolver as Forças Armadas (e os serviços de informação) mais poderosas de toda a região. No fim de cada guerra vai aumentando o seu território e empurrando os palestinos para fora. E passou a viver em regime de “Estado - Guarnição”.³

¹ O objectivo número um e praticamente único, do Movimento Sionista (de “Sion”), era a criação do Estado de Israel (uma Pátria para os judeus onde eles pudessem viver em autodeterminação), cuja motivação residia nas perseguições centenárias aos judeus, sobretudo na Europa Central e na Rússia - de que os países árabes e otomanos, em boa verdade, não tinham culpa nenhuma. Daí nasceu o problema de se lhe arranjar um território. A escolha acabou por recair no espaço que se passou a designar por Palestina que, ao tempo – é bom lembrar – fazia parte do Império Otomano. Finalmente deve recordar-se que os interesses sionistas podem não coincidir com os interesses “Judaicos”.

“Sion” significa “elevado”e, originalmente, era o nome de uma das colinas que cercavam a cidade santa e onde existia uma fortaleza com o mesmo nome. Durante o reinado do Rei David, Sião tomou o nome de Jerusalém, ou da terra de Israel. E em muitas passagens bíblicas os israelitas são chamados “filhos de Sião”.

² A “Carta” da ONU foi reescrita e aprovada por delegados de 50 países, sob texto – base proposto pelos delegados de quatro países (os EUA, GB, China e URSS – porquê estes e não outros?) reunidos em Dumbarton Oaks (EUA), entre Agosto e Outubro de 1944. Hoje a ONU engloba 193 Estados.

³ Os seis países foram o Egipto, Iraque, Líbano, Transjordania, Arábia Saudita, Síria e forças diversas árabes/palestinas. Depois da Guerra Israel ocupou cerca de 20.000 Km² de território que se destinavam aos

Gozam, porém, da divisão do mundo muçulmano, que dificilmente conseguirá voltar a reunir uma união, como na guerra de Yom Kippur, em 1973, onde Israel foi apanhado de surpresa pelo ataque e esteve em sério risco de ser derrotado.

Acresce que, de um modo geral, para os Estados muçulmanos e outros da região, onde se inclui a Turquia, os chamados palestinos, são um problema que gostariam de ver pelas costas, mas não o podem admitir. Ninguém os quer ver por perto e recusam-se a receber “refugiados”...⁴

Ao contrário, a “rua” muçulmana, a chamada “UMA” (a comunidade dos crentes) está maioritariamente solidária com os direitos do Povo Palestino.

E o grande problema é fazer com que os judeus, que durante 2.000 anos, se dispersaram pelo mundo, e deixaram de constituir um Estado, se vão harmonizar com os habitantes (das mais diversas origens) que foram passando pelas terras do antigo Israel (e ainda falta a questão do “grande Israel”...) fixando-se alguns por lá.

Chegou-se através dos “Acordos de Oslo”, de 1993, após muita controvérsia, a uma decisão quanto à existência de dois estados: um israelita e outro palestino.⁵

O problema é que ninguém se entende sobre mais nada, nomeadamente sobre as fronteiras de cada território. E as condições sobre os atributos que definem qualquer Estado, serem perfeitamente incipientes no caso palestino. E daqui não se sai, pois a desconfiança e as desavenças têm séculos.

Acresce ainda um “pormenor” que tem a ver com o facto da maioria esmagadora dos judeus que emigraram para Israel no século XX, não serem semitas, isto é, descendentes de judeus oriundos da “Terra Santa” (são Ashkenazin), algo de que ninguém fala...

Um outro aspecto que é necessário ter em conta em toda esta tragédia, é a actuação dos chamados “grupos terroristas”. Independentemente da acção mais ou menos violenta (normalmente para inspirar terror – daí o nome terroristas - e fora das normas das leis da guerra – eles não são um exército regular – ou do direito humanitário - que normalmente só os Estados ratificam e nem sempre cumprem), esses grupos são só considerados terroristas por quem não apoia a sua causa.

Para quem apoia, não são terroristas e mesmo que não concordem com tudo o que façam, lá têm o sentimento que os fins justificam os meios. Não são raros os casos, no mundo, em que organizações consideradas terroristas, após a vitória da sua causa, passaram a respeitáveis e alguns dos seus líderes, chegaram a Chefes de Estado...

palestinos; o Egipto ocupou a Faixa de Gaza e a Jordânia ocupou a Cisjordânia. 900.000 Palestinos foram expulsos das zonas onde viviam e tornaram-se refugiados.

⁴ Recentemente num telejornal da SIC, o comentador José Milhases, num curioso “à parte” até os comparou aos ciganos... O que repercutiu no olhar embaraçado e quase esbugalhado da jornalista Clara de Sousa.

⁵ Acordos assinados pelo PM israelita Ytzhak Rabin e pelo Presidente da OLP Yasser Arafat, sob a intermediação do Presidente dos EUA Bill Clinton. Os dois primeiros que assinaram o acordo foram assassinados por “radicais” de cada uma das comunidades, o primeiro em 1990 e o segundo, em 2004. Não lhes serviu de nada o prémio Nobel da Paz que, entretanto, receberam...

E no Médio Oriente, organizações apelidadas de terroristas, não faltam. Dá-se um pontapé numa pedra e salta uma!

Lembro até que na origem das actuais “Forças de Defesa de Israel” estiveram três organizações de combatentes, que também foram apelidadas de terroristas: a “Haganah” (e a sua força de elite, o “Palmach”) e os grupos dissidentes “Irgun” e “Lehi”.

Os ingleses que o digam... E eles (ingleses) é que estiveram mais de perto ligados à criação do Estado de Israel, desde a “Declaração Balfour”, de 1917 e a terem, desde 1920, o mandato da Sociedade das Nações sobre a Palestina. Depois fartaram-se da situação e passaram o ónus da mesma para a recém criada ONU.⁶

Ora isto levanta muitas questões, tais como o de ser crucial combater estas organizações segundo as leis da guerra ou usando todos os métodos possíveis, incluindo aqueles que à partida, se convencionou condenar. O que vai mudando com os tempos. No caso de Gaza há até, neste ponto, um símbolo de impossibilidade que é o de se poder combater o “Hamás”, sem causar danos na população, pois uma e outra confundem-se e estão todos misturados.⁷

Acontece ainda que, desde o século XX, as guerras passaram a ser totais, isto é, envolvem todo o território, o ar, o mar e terra e toda a população (começou até, modernamente, com a Revolução Francesa onde chegou a haver até terrorismo de Estado). E não faz sentido nenhum que tendo um país declarado guerra a outro (o que nem sequer é o caso vertente) seja apenas lícito destruir instalações ligadas à Defesa e só mandar militares para o outro mundo.

As questões humanitárias devem ser salvaguardadas tanto quanto possível, para conter a barbárie (as chamadas convenções de Genebra, a criação da Cruz vermelha e do Crescente Vermelho, etc., foram conquistas importantes) mas é inevitável haver danos colaterais. Acresce que os militares saem do povo e se uma determinada comunidade não está de acordo com o que o seu governo faz, deve destituí-lo. Acontece que neste particular o Hamás ganhou as eleições (ao que dizem) na Faixa de Gaza e expulsou a autoridade Palestiniana...

E o que restará à população da Faixa de Gaza fazer se vive numa espécie de prisão gigante, a céu aberto (muito por culpa dos ataques que passaram a fazer sobre Israel), com excesso de população, sem meios para garantir a sua subsistência e que não vive minimamente segundo os ditames de um Estado autónomo? E agora com a barbaridade que se usou neste ataque deu um “tiro no pé” gigante, dando o flanco a retaliações catastróficas? O que, aliás, deve ter sido uma ideia propositada por quem decidiu a matança. Nada se passa por acaso.

Finalmente especula-se muito porque é que as autoridades de Israel foram surpreendidas pelo recente ataque do Hamás. Pois pode ser até por um conjunto de razões (e “teorias de conspiração” não devem à partida ser descartadas). Mas uma creio divisar (até pelo que observámos numa visita de duas

⁶ Os dois países ocidentais com mais responsabilidades na actual situação do Médio Oriente são a Grã-Bretanha e a França, pois foram quem se locupletou com os despojos do Império Otomano, após a derrota deste no fim da IGM.

⁷ O “Hamás” foi uma organização criada em Gaza, em 1987, por membros da “Irmadade Muçulmana” e de orientação Sunita.

semanas a Israel há poucos anos atrás); a sociedade israelita sobretudo as camadas mais jovens, aburguesou-se e passou a estar contaminada pelos muitos “ismos” que assolam o chamado “Ocidente” e que o estão a corroer e minar por dentro. E viver em regime de Estado - Guarnição, naturalmente cansa.

Portugal também foi vítima (em tempos ainda contemporâneos) de algo semelhante ao que se está a passar agora, só que a razão estava totalmente do lado português (e não havia aqui dissidência entre “autoridades” (Governo) e população, a não ser com os apaniguados de uma organização política ao serviço do Partido Comunista da União Soviética, conhecida por PCP.

Em Março de 1961, rebentou um surto terrorista em Angola (território português desde há cinco séculos), que se transformou em genocídio e que foi apoiado (ou não condenado), por muitos e, até, por países que se diziam aliados e amigos de Portugal. Estes ataques vindos do exterior, alargaram-se à Guiné e a Moçambique, agora sem a violência gratuita e chocante dos primeiros. As organizações políticas que promoveram os ataques, apesar dos extensos apoios externos, também foram apelidadas de terroristas. Hoje são conhecidas por “movimentos de libertação nacional” – coitados, nem a eles próprios se libertaram e destruíram tudo, e ficarão para sempre no coração dos portugueses que se prezam, como figuras patéticas e infelizes, de traidores à Pátria.

Em Dezembro de 1961, a União Indiana (uma manta de retalhos que obteve a sua independência da Grã - Bretanha, em 1947), depois de 14 anos de má vizinhança e hostilidades várias, invadiu militarmente – sem qualquer razão ou justificação do seu lado – o secular Estado Português da Índia, onde um pedaço de Portugal se tinha firmado consolidadamente nos últimos 450 anos.

O Conselho de Segurança da ONU condenou maioritariamente a invasão, mas a URSS apôs o seu veto. Aliás, o governo da União Indiana teve o despautério de afirmar que a invasão (e ocupação) continuaria com ou sem Carta da Nações Unidas...⁸

Durante o conflito, a ONU veio a mudar lentamente o DI, sempre em prejuízo da posição portuguesa. Naturalmente que os governos portugueses de então, ignoraram tais medidas e resoluções subsequentes.

Relativamente ao Médio Oriente há dezenas e dezenas de resoluções, desde 1948, que ninguém cumpre, a começar por Israel.

Em todo o conflito ultramarino que só terminou quando um golpe militar em Lisboa, em 1974, fez colapsar a resistência portuguesa e a maioria das forças políticas emergentes passaram para o lado de quem nos tinha atacado – caso único, lamentável e inacreditável, em toda a História de Portugal – a posição de Israel e da grande maioria dos países árabes/muçulmanos, foi de apoio à guerrilha que nos destruía bens, fazenda e população. Israel jogava até para os dois lados.

⁸ Só isto deveria impedir que qualquer relação houvesse entre Portugal e a União Indiana, muito menos permitir qualquer tipo de imigração de indianos para o nosso território. Neste âmbito não deve haver lugar a pragmatismos mas a vergonha na cara...

Serve tudo isto para dizer que a posição do nosso país neste conflito deve ser pragmática, ter bem os pés no chão e orientar-se exclusivamente pelos interesses nacionais portugueses (ter governantes que os saibam interpretar e garantir é que é o diabo...) o resto, como diria o General De Gaulle, é intendência...

Ora os interesses nacionais ditam que a posição portuguesa deve ser de neutralidade, perante o actual conflito, já que todos os contendores são (por razões históricas ancestrais) inimigos de Portugal e dos portugueses; não temos interesses directos na região, nem meios para influenciar seja o que for.

A nossa pertença à União Europeia é irrelevante, pois esta não tem como tal, meios militares para se fazer respeitar, além de que representa uma babilónia de nações/países (e a única maneira de poder actuar concertadamente obrigaria ao desaparecimento dos estados nacionais...); tão pouco a OTAN está metida no assunto, nem tem de estar. Não se vislumbra qualquer agressão a um país que pertença à Organização – a Turquia, a Inglaterra e os EUA, ou outros, estão no conflito por sua conta e risco...) e nada existe na Aliança Anglo - Lusa, que nos possa vir a obrigar a participar em tamanha confusão.⁹

Devemos por outro lado, ter cuidados: controlar/fechar fronteiras, proibir manifestações, sobretudo de estrangeiros no país, quer a favor ou contra qualquer contendor (há que pôr ordem no território e só deve haver manifestações de nacionais, relativamente a interesses portugueses), restringir ao máximo a imigração islâmica e de outros, não só por causa do conflito mas por todos os que se possam divisar, e são muitos; muito menos atribuir a nacionalidade portuguesa; só realizar negócios com os contendores em termos pragmáticos de negócio e não permitir dependências; preservar o tratado de 1774, com Marrocos e o Acordo com a Argélia, de 1821, em termos actuais (e outros subsequentes) e reactivar a antiga “Esquadra do Estreito” em termos de grande operacionalidade (fundamental também para outras putativas ameaças).¹⁰

Pelo meio fazer declarações de carácter humanitário e muitos lamentos e apelos à Paz.¹¹

⁹ A única coisa que a UE sabe fazer é deitar dinheiro para cima dos problemas e fazer declarações piedosas. Neste caso ainda vai oferecer-se, estamos em crer – como ainda tem poucos - para “acolher refugiados”...

¹⁰ A Esquadra do Estreito foi criada pelo Rei D. Manuel I, em 1520, para proteger a navegação e o comércio português nas águas do Norte de África.

¹¹ A única maneira de resolver os conflitos no Médio Oriente, estamos em crer, seria à “maneira portuguesa”. Ou seja, enviava - se para as partes em conflito umas quantas pipas de vinho e um carregamento de chouriças. Mais tarde, após umas libações que daí derivassem, seduziam-se umas moçoilas e levavam-se as mesmas a parir uns mestiços. A coisa, no mínimo, amenizava.

Não parece, porém, que toda aquela parafernália de gente aceitasse nada disto já que, por estranhos desígnios da Providência, aquelas alminhas não gostam de vinho e abominam chouriças, mesmo na forma de “assadas”. E quanto a sedução libidinosa, preferem a violação, usando termos racistas com que se mimoseiam. Também, em boa verdade, nunca quiseram aprender nada com os Portugueses... (atenção, que quando alguém nos quer roubar o vinho ou as chouriças, arrisca-se a acontecer-lhe o que nos relata Fernão Mendes Pinto, na “Peregrinação”, sobre um ataque de piratas chineses: “e com muitos Padres Nossos e pelouros, a eles nos fomos, e matámo-los a todos num Credo”. Para que conste.

Os diplomatas sabem como fazer isto com habilidade, pois já têm experiência acumulada desde o tempo de Afonso Henriques e do seu “ministro dos estrangeiros” D. João Peculiar...

E ponderar a saída da ONU, pois nada do que lá se passa é do interesse português.

No discurso de despedida, porém, deveríamos propor que a sede das “Nações Unidas” (que de unidas não têm nada) fosse transferida para Jerusalém, pois é possível que venha a ser o epicentro, não da 3ª Guerra Mundial, mas da última. O tal “Armagedão”.¹²

Nada indica que o conflito ora desencadeado vá esfriar ou esvaziar; tem até todos os condimentos para piorar e espalhar-se, ser feio (e doloroso) de ver-se e acarretar consequências insuspeitadas.

Seria da mais elementar prudência que os órgãos de soberania reforçassem consideravelmente os meios de Defesa e Segurança Nacionais. Não vêm aí bons ventos nem bons casamentos...

Resta-nos ponderar e ficar com as palavras do Bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório, em 1580, quando disse “que não viu ao presente mais remédio”.

João José Brandão Ferreira

Oficial Piloto Aviador (Ref.)

¹² Apocalipse 16:16; Jeremias 46:10.